

**Representante:** KELLY CHRYSSTIAN SILVA MENENDEZ (2592##SE)

Protocolo Nº 20190323161900434		
<b>Situação</b>		
Protocolo Registrado (Aceito)!		
<b>Dados do Protocolo</b>		
<b>Tipo Petição:</b>	Petição Geral	
<b>Destino:</b>	2ª VARA CÍVEL DE ITABAIANA	
<b>Data - Hora:</b>	23/03/2019 16:19:40	
<b>Processo Origem:</b>	201952100076	
<b>Dados das Partes</b>		
<b>CPF</b>	<b>Nome</b>	<b>Tipo da Parte</b>
01601887507	GLAYCE OLIVEIRA SANTIAGO	Autor
09248608000104	SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Réu
<b>Dados Informados pelo Advogado</b>		
<b>Matéria:</b>	1º Grau - Cível Interior	
<b>Classe:</b>	-	
<b>Processo Origem:</b>	201952100076	
<b>Parte +60 anos:</b>	Nao	
<b>Valor da Causa:</b>	-	
<b>Observação</b>		
<b>Motivo Rejeição</b>		



Anexo	Descricao
<a href="#">2570659_PETICAO_DE_PROVAS_JUR_01.pdf</a>	Petição

[Imprimir](#)[Voltar](#)



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANA/SE

Processo: 00003999020198250034

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GLAYCE OLIVEIRA SANTIAGO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais conforme o Termo de Convênio de Cooperação Institucional nº 21/2018, firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANA, 18 de março de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**